

Pastore com banqueiros

18 OUT 1983

por Tom Camargo
de Londres
(Continuação da 1ª página)

O governo Thatcher deixa no ar o rumor de que não haverá dinheiro para o Brasil através do ECGD (o organismo oficial para financiamentos de operações comerciais) e que não se deve contar com o apoio do Banco da Inglaterra para o novo pacote.

A imprensa dominical inglesa tem insistido, sem contudo apresentar fatos, que os conservadores só se mostrariam mais receptivos se o Brasil estudasse a liberação dos pousos de aeronaves militares britânicas em seu território, diminuindo os custos de manter as Falklands/Malvinas.

O Foreign Office desmente tudo com um lacônico "invenções absurdas". Um de seus porta-vozes disse a este jornal que

"misturar as Falklands/Malvinas com a crise financeira internacional não seria sensato".

O presidente do BC disse aos banqueiros brasileiros que "as coisas começam a melhorar", mas ressaltou que "está tudo muito difícil e nossa situação é muito delicada".

Ele disse que o superávit da balança comercial já começaria a se traduzir em efetivas entradas de moeda forte no BC, o que permitiria manter o nível de atrasados estacionário.

Até o dia 14 de novembro o BC espera ter pelo menos 90% das linhas de crédito comprometidas. Isso inclui empréstimos comerciais governamentais e toda a remontagem dos projetos 3 e 4, além dos US\$ 6,5 bilhões agora no centro das discussões.

Hoje assistem à palestra de Pastore representantes de bancos da Grã-Bretanha, Escandinávia, Países Baixos, Israel, Nova Zelândia, Austrália, França, Espanha e Portugal.

Pastore com banqueiros

por Tom Camargo
de Londres

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, ensaiou ontem, tendo como plateia os representantes de bancos brasileiros em Londres, a apresentação que fará hoje a cerca de 400 banqueiros, de 200 casas comerciais de uma dezena de países diferentes. Eles estarão reunidos no Mermaid Theater, uma casa de diversões curiosamente adequada para o evento, pois fica no meio da City, longe do burburinho do West End.

Os banqueiros brasileiros mobilizaram-se, na semana passada, para conseguir convites para a penúltima apresentação do presidente do BC naquilo que os ingleses estão chamando de "Brazilian Road Show". Não foram atendidos — "a reunião é de credores", disse ainda ontem Pastore, justificando-se —, mas tiraram o primeiro encontro formal de um negociador da dívida externa brasileira com os bancos particulares estabelecidos em Londres.

Pastore entregou aos seus onze convidados — quatro deles gerentes de agências, os demais chefes de escritórios de representação — uma cópia da carta que fez circular antecipadamente aos credores, em que, de comum acordo com o "comitê assessor" da dívida, se desenha o programa externo para o resto de 1983 e 1984.

A adesão ao "mega-empréstimo" de US\$ 6,5 bilhões é o alvo básico de Pastore, que disse concentrar-se no assunto enquanto o Itamaraty trataria dos US\$ 2,5 bilhões de créditos comerciais governamentais e o ministro Galvêas conduziria as negociações com o Clube de Paris.

Pastore está solicitando não só adesões ao novo pacote de dinheiro fresco mas também se empenha em reacerter, assim que o Fundo Monetário Internacional (FMI) der seu sinal verde, a 17 de novembro, o desembolso de recursos abrigados em outras e antigas rubricas.

Dos US\$ 6,5 bilhões o Brasil está pedindo, ainda

em novembro, um adiantamento de pelo menos US\$ 3 bilhões — "pode ser um pouco menos", diz o presidente do BC — para fazer frente aos atrasados acumulados. Eles já estão nos US\$ 2,5 bilhões, e sua quitação é condição "sine qua non" para que os primeiros desembolsos sejam feitos.

Os restantes US\$ 3,5 bilhões seriam entregues ao BC em quatro parcelas trimestrais, cada uma de US\$ 875 milhões.

Simultaneamente os bancos credores liberariam também US\$ 1,8 bilhão que deixaram de entregar ao BC quando o FMI, em maio, suspendeu seu programa, argumentando que o Brasil não atingira as metas combinadas com a instituição.

Outro reacerto com o passado é o dos antigos projetos 3 e 4 — créditos comerciais e linhas interbancárias — que Pastore pede sejam agora integralizados na base de US\$ 10,3 bilhões para o primeiro e US\$ 6 bilhões para o segundo.

Desta vez, contudo, todos os compromettimentos ("commitments") são por

escrito, o que renderá para os emprestadores uma taxa extra de 1/8 de 1% (0,125%) sobre os montantes envolvidos.

O presidente do BC, que está fora do Brasil desde o dia 5 de outubro, saiu de Bahrein, onde falou aos bancos do Oriente Médio, dizendo-se otimista com a receptividade que encontrou em todas suas cinco paradas até agora. Com um, "a reação não foi aquela que se falava que seria", ele prepara o terreno para dizer que "muitos ruídos de comunicação já acabaram", reportando-se especificamente a alguns bancos alemães que duvidavam de números apresentados pelos antigos negociadores brasileiros.

Pastore não comenta, mas sabe-se que em Bahrein bancos de porte médio deixaram claro que não pretendem continuar emprestando ao Brasil — isto é, não aderirão ao novo pacote —, pois se consideram sem experiência e porte para a rodada que se joga no mercado internacional.

(Em Bahrein, em entrevista à Reuters, Pastore declarou que o Brasil terá condições de saldar as dívidas atrasadas, estimadas em US\$ 3 bilhões, no final deste ano, e negou a necessidade de um crédito-ponte. Segundo a Reuters, Pastore ainda afirmou que foram construtivas as conversações que já teve com banqueiros dos Estados Unidos, do Canadá, do Japão e de Bahrein.)

Na Inglaterra, que Pastore coloca ao lado dos Estados Unidos e do Japão como peças-chave para a solução do problema brasileiro, é provável que mesmo tradicionais parceiros se mostrem arredios.